



Simulado Especial

TJ BA

Analista Judiciário

Área Administrativa – Administrador

Pós-Edital

Simulado

Simulado TJ BA (Analista Judiciário - Área Administrativa - Administrador)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso TJ CE Técnico Judiciário (Área Administrativa - Administrador);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-TJ-BA-06-05>

- | | | | | |
|------------|------------|------------|------------|------------|
| 01 - ABCDE | 13 - ABCDE | 25 - ABCDE | 37 - ABCDE | 49 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 14 - ABCDE | 26 - ABCDE | 38 - ABCDE | 50 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 15 - ABCDE | 27 - ABCDE | 39 - ABCDE | 51 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 16 - ABCDE | 28 - ABCDE | 40 - ABCDE | 52 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 17 - ABCDE | 29 - ABCDE | 41 - ABCDE | 53 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 18 - ABCDE | 30 - ABCDE | 42 - ABCDE | 54 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 19 - ABCDE | 31 - ABCDE | 43 - ABCDE | 55 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 20 - ABCDE | 32 - ABCDE | 44 - ABCDE | 56 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 21 - ABCDE | 33 - ABCDE | 45 - ABCDE | 57 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 22 - ABCDE | 34 - ABCDE | 46 - ABCDE | 58 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 23 - ABCDE | 35 - ABCDE | 47 - ABCDE | 59 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 24 - ABCDE | 36 - ABCDE | 48 - ABCDE | 60 - ABCDE |

LÍNGUA PORTUGUESA*Adriana Figueiredo***TEXTO**

O PRIMEIRO... problema que as árvores parecem propor-nos é o de nos conformarmos com a sua mudez. Desejaríamos que falassem, como falam os animais, como falamos nós mesmos. Entretanto, elas e as pedras reservam-se o privilégio do silêncio, num mundo em que todos os seres têm pressa de se desnudar. Fiéis a si mesmas, decididas a guardar um silêncio que não está à mercê dos botânicos, procuram as árvores ignorar tudo de uma composição social que talvez se lhes afigure monstruosamente indiscreta, fundada que está na linguagem articulada, no jogo de transmissão do mais íntimo pelo mais coletivo. Grave e solitário, o tronco vive num estado de impermeabilidade ao som, a que os humanos só atingem por alguns instantes e através da tragédia clássica. Não logramos comovê-lo, comunicar-lhe nossa intemperança. Então, incapazes de trazê-lo à nossa domesticidade, consideramo-lo um elemento da paisagem, e pintamo-lo. Ele pende, lápis ou óleo, de nossa parede, mas esse artifício não nos ilude, não incorpora a árvore à atmosfera de nossos cuidados. Capturamos a natureza das árvores. O fumo dos cigarros, subindo até o quadro, parece vagamente aborrecê-la, e certas árvores de Van Gogh, na sua crispação, têm algo de protesto. De resto, o homem vai renunciando a esse processo de captura da árvore através da arte. Uma revista de vanguarda reúne algumas dessas representações, desde uma tapeçaria persa do século IV, onde aparece a palmeira heráldica, até Chirico, o criador da árvore genealógica do sonho, e dá a tudo isso o título: Decadência da Árvore. Vemos através desse documentário que num Claude Lorrain da Pinacoteca de Munique, Paisagem com Caça, a árvore colossal domina todo o quadro, e a confusão de homens, cães e animal acuado constitui um incidente mínimo, decorativo. Já em Picasso a árvore se torna raríssima, e a aventura humana seduz mais o pintor do que o fundo natural em que ela se desenvolve. O que será talvez um traço da arte moderna, assinalado por Apollinaire, ao escrever: "Os pintores, se ainda observam a natureza, já não a imitam, evitando cuidadosamente a reprodução de cenas naturais observadas ou reconstituídas pelo estudo... Se o fim da pintura continua a ser, como sempre foi, o prazer dos olhos, hoje pedimos ao amator que procure tirar dela um

prazer diferente do proporcionado pelo espetáculo das coisas naturais". Renunciamos assim às árvores, ou nos permitimos fabricá-las à feição dos nossos sonhos, que elas, polidamente, se permitem ignorar.

(Adaptado de: ANDRADE, Carlos Drummond de. "A árvore e o homem", em *Passeios na Ilha*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, p. 7-8)

01. De acordo com o autor do texto,

- a) É privilégio do ser humano a capacidade de comunicação.
- b) Em Picasso, por ser rara, a natureza se evidencia como o essencial de sua arte
- c) O ser humano domestica a natureza ao categorizá-la como arte.
- d) Diferentemente dos animais, as árvores são incapazes de se comunicar.
- e) O compartilhamento de intimidade na socialização parece indiscreto às árvores.

02. Depreende-se dos três últimos períodos do texto que:

- a) O amator é aquele incapaz de atrair o desejo para o natural.
- b) Uma crítica aos artistas modernos.
- c) A cópia do natural já não encontra mais espaço na arte, cabendo apenas a interpretação do artista.
- d) Quadros que retratam árvores ficaram no passado.
- e) O fim da pintura enquanto arte está próximo.

03. Transpondo-se para a voz passiva a frase *Capturamos a natureza das árvores*, obtém-se a forma verbal

- a) são capturadas
- b) é capturada
- c) foram capturadas
- d) tem sido capturada
- e) será capturada

04. “Fiéis a si mesmas, decididas a guardar um silêncio que não está à mercê dos botânicos, procuram as árvores ignorar tudo de uma composição social”

Como recurso de coesão, pode-se substituir os elementos sublinhados por:

- a) guardá-lo / procuram-nas
- b) guardar-lo / procuram elas
- c) guardar-lhe / procuram-nas
- d) guardá-lo / procuram elas
- e) guardá-lhe / procuram-nas

05. Está inadequado o emprego do verbo **propor** na frase:

- a) O poeta ficará surpreso se as árvores lhe proporem algum problema;
- b) O poeta não acredita que as árvores lhe proponham algum problema;
- c) O poeta não acreditava que as árvores lhe propusessem algum problema;
- d) O poeta ficava surpreso quando as árvores lhe propunham algum problema;
- e) O poeta fica surpreso quando as árvores lhe propõem algum problema.

06. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- a) Não ocorrerão investigação satisfatória sem a análise das minúcias e sem o depoimento das testemunhas.
- b) A beleza fugaz da natureza invadida pelo homem não condizem com as releituras artísticas já feitas.
- c) O que importam nessas estreias são os diferentes públicos que prestigiam.
- d) A determinação de um povo e a coragem de seu líder mostram-se capazes de romper barreiras.
- e) Torcemos para que hajam conquistas relevantes para as duas equipes.

07. Está plenamente adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:

- a) Os termos com que discordaram os gerentes será revisto.
- b) Os funcionários aos quais apontou como suspeitos estão em observação.
- c) Os alunos de cujos feitos nos orgulhamos foram bem classificados no concurso.
- d) O conto o qual não se lembravam foi o vitorioso na mostra artística.
- e) O júri no qual fazemos parte será recompensado pelo serviço prestado.

08. “Então, incapazes de trazê-lo à nossa domesticidade, consideramo-lo um elemento da paisagem, e pintamo-lo”.

Os pronomes destacados no trecho acima fazem referência:

- a) às árvores
- b) ao tronco
- c) ao jogo de transmissão
- d) ao coletivo
- e) ao fumo

09. Assinale a alternativa que apresenta o vocábulo destacado em “Não importa o grau de consciência política **que** o indivíduo possui” com o mesmo comportamento morfossintático.

- a) “É fácil de constatar que as ideias...”
- b) “conseguir que cada indivíduo se torne autônomo”
- c) “quanto as que terão consequências coletivas”
- d) É o caminho que devemos construir
- e) “...preocupações que atormentam o homem...”

10. De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, o acento indicador de crase é obrigatório na palavra destacada em:

- a) **Aqueles** que me incentivaram devo o meu agradecimento.
- b) O aquecimento global agravou **a** situação climática de todos os países.
- c) Em relação **a** compras no cartão, ninguém conseguia se organizar.
- d) Encontraram **aqueles** que se diziam heróis.
- e) Os jovens soldados deviam obediência **a** superiores na hierarquia.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

11. Suponha que, em um setor do TJ BA, 60% dos servidores usam relógio. Considerando que, do total de servidores, 60% são do sexo masculino e, destes, 40% usam relógio, a porcentagem de servidores do sexo feminino que usam relógio com relação ao total de servidores do setor é:

- a) 24%
- b) 28%
- c) 32%
- d) 36%
- e) 38%

12. Considere que X é o produto $3498356816 \times 3251334248$. O resto da divisão de X por 5 é igual a:

- a) 0
- b) 1
- c) 2
- d) 3
- e) 4

13. Se Marcos é engenheiro, então João é carpinteiro. Se Leonardo é concurseiro, então João não é carpinteiro. Se Leonardo não é concurseiro, então Natan é fazendeiro. Sabe-se que Natan não é fazendeiro. A partir dessas informações é possível concluir corretamente que

- a) Leonardo é concurseiro ou Marcos é engenheir
- b) Marcos é engenheiro ou João é carpinteiro.
- c) João é carpinteiro e Natan não é fazendeiro.
- d) Marcos não é engenheiro e Leonardo não é concurseiro.
- e) João não é carpinteiro e Leonardo não é concurseiro.

14. Observe a sequência a seguir:

$$\frac{1}{2023}; \frac{3}{2022}; \frac{9}{2019}; \frac{27}{2010}; \frac{81}{1983}; \dots$$

Mantendo-se o padrão da sequência, considere que X é a primeira fração maior do que 1. O valor de $X - 1$ é:

- a) $\frac{45}{490}$
- b) $\frac{750}{685}$
- c) $\frac{684}{850}$
- d) $\frac{1257}{930}$
- e) $\frac{1280}{1659}$

15. Corujêncio, renomado professor de estatística, estudou uma amostra relativa a notas obtidas por seus alunos em uma prova.

A amostra, composta por cinco notas, é a seguinte: 5, 10, 6, 4 e 5.

A variância amostral das notas é igual a:

- a) 4,4
- b) 4,8
- c) 5,5
- d) 6,3
- e) 6,6

LEGISLAÇÃO*Tiago Zanolla*

16. A respeito da divisão judiciária do estado da Bahia, consoante a Lei n. 10.845/2007, julgue as questões a seguir.

- a) Cada comarca corresponderá a um Município.
- b) Os municípios que não forem sedes de comarcas serão qualificados como distritos judiciários.
- c) Circunscrição Judiciária, o agrupamento de Comarcas e Regiões Judiciárias.
- d) À instalação da Comarca precederá, pelo menos, o provimento de um cargo de Juiz, um de Escrivão, um de Tabelião, um de Oficial de Justiça Avaliador e dois de Escrevente de Cartório.
- e) As comarcas classificam-se em 3 (três) entrâncias, denominadas: inicial, intermediária e final.

17. A classificação e a reclassificação das Comarcas, por entrâncias, dependerão de lei, e obedecerão a fatores objetivos, relacionados com a extensão territorial, o número de habitantes, o colégio eleitoral, o movimento forense e a receita tributária, observado, no caso de elevação de entrância inicial para intermediária a população mínima de mais de

- a) 25.000 mil habitantes
- b) 35.000 mil habitantes
- c) 50.000 mil habitantes
- d) 55.000 mil habitantes
- e) 80.000 mil habitantes

18. São órgãos do Poder Judiciário do Estado da Bahia, exceto

- a) O Tribunal de Justiça
- b) Os Juízes de Paz
- c) Os Juízes de Direito
- d) As Turmas Recursais dos Juizados Especiais
- e) O Conselho Superior da Magistratura

19. Consoante o Regime Jurídico dos Servidores do Estado da Bahia, não é forma de provimento

- a) nomeação
- b) reintegração
- c) aproveitamento
- d) recondução
- e) promoção

20. Acerca das regras de eleição consubstanciadas no Regimento Interno, a eleição para Presidente do Tribunal será

- a) realizada em sessão convocada para a segunda sexta-feira do mês de dezembro, ou, não havendo expediente, no primeiro dia útil imediato, com a presença de dois terços dos membros efetivos do Tribunal. Não havendo quórum, considerar-se-á a sessão convocada para os dias úteis subsequentes até que se efetue a eleição.
- b) realizada em sessão convocada para a primeira sexta-feira do mês de dezembro, ou, não havendo expediente, no primeiro dia útil imediato, com a presença de dois terços dos membros efetivos do Tribunal. Não havendo quórum, considerar-se-á a sessão convocada para os dias úteis subsequentes até que se efetue a eleição.
- c) realizada em sessão convocada para a segunda sexta-feira do mês de novembro, ou, não havendo expediente, no primeiro dia útil imediato, com a presença de dois terços dos membros efetivos do Tribunal. Não havendo quórum, considerar-se-á a sessão convocada para os dias úteis subsequentes até que se efetue a eleição.
- d) realizada em sessão convocada para a segunda sexta-feira do mês de dezembro, ou, não havendo expediente, no primeiro dia útil imediato, com a presença de maioria absoluta membros efetivos do Tribunal. Não havendo quórum, considerar-se-á a sessão convocada para os dias úteis subsequentes até que se efetue a eleição.
- e) realizada em sessão convocada para a segunda sexta-feira do mês de dezembro, ou, não havendo expediente, na primeira sexta-feira útil subsequente, com a presença de dois terços dos membros efetivos do Tribunal. Não havendo quórum, considerar-se-á a sessão convocada para os dias úteis subsequentes até que se efetue a eleição.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

21. Analise a narrativa a seguir.

- I. Um grupo de vinte e sete Senadores subscreveu proposta de emenda constitucional;
- II. A proposta tinha como objetivo adotar a forma unitária de Estado;
- III. Parte do país foi atingida por calamidade natural de grande proporção nesse período;
- IV. A proposta foi aprovada, em dois turnos de votação, em cada Casa do Congresso Nacional, pelo voto de dois terços dos respectivos membros;
- V. A proposta foi promulgada pelo Mesa do Congresso Nacional.

Considerando a forma de exercício do poder constituinte derivado, é correto afirmar que somente estão em harmonia com a sistemática constitucional os itens

- a) I, III e IV
- b) I, IV e V
- c) I e III
- d) III e IV
- e) II e V

22. Considere as seguintes normas do texto constitucional:

Art. 8º, inciso IV – “A assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei”.

Art. 5º, inciso XXII – “É garantido o direito de propriedade”.

Art. 196 – “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Assinale a alternativa que indica, correta e respectivamente, a classificação das normas constitucionais elencadas no tocante à sua eficácia.

- a) Norma de eficácia contida, norma de eficácia plena e norma programática;
- b) Norma de eficácia limitada, norma de eficácia contida e norma de eficácia plena;
- c) Norma programática, norma de eficácia limitada e norma de eficácia contida;
- d) Norma de eficácia plena, norma de eficácia contida e norma de eficácia limitada de princípio programático;
- e) Norma de eficácia plena, norma de eficácia contida e norma de eficácia limitada de princípio institutivo.

23. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos. A respeito dos direitos políticos e do sistema democrático adotado no Brasil, é correto afirmar:

- a) O militar alistável somente é elegível se afastado da atividade.
- b) A perda de direitos políticos só se dará no caso de condenação criminal.
- c) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- d) São características do voto a personalidade, a obrigatoriedade, a liberdade, a publicidade e a periodicidade.
- e) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para analfabetos, brasileiros maiores de 16 anos e menores de 18 anos e brasileiros maiores de 65 anos.

24. Acerca do Poder Judiciário, está INCORRETO o que se afirma em:

- a) Os juízes gozam de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio.
- b) As propostas orçamentárias elaboradas pelos Tribunais podem ser discricionariamente alteradas pelo Poder Executivo.
- c) O acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrância.
- d) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- e) Compete aos juízes federais o julgamento dos crimes contra a organização do trabalho.

25. A respeito do Ministério Público, indique a assertiva correta.

- a) O Ministério Público abrange o Ministério dos Estados e o Ministério Público Federal, que compreende o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- b) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes de lista tríplice elaborada pelo próprio Ministério Público, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- c) É função institucional do Ministério Público a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados.
- d) O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, vedada a recondução.
- e) Unidade, indivisibilidade e independência funcional são princípios institucionais do Ministério Público.

26. Acerca do controle de constitucionalidade, marque a alternativa INCORRETA.

- a) Por força do princípio da subsidiariedade, a arguição de descumprimento de preceito fundamental só será admitida se não couber, na hipótese, outro meio capaz de sanar a lesividade.
- b) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.
- c) Para que a ação declaratória de constitucionalidade seja admitida, será preciso demonstrar, na petição inicial, que existe controvérsia doutrinária ou judicial a respeito da interpretação ou da aplicação da lei ou do ato normativo federal.
- d) Observado o prazo legal, para reformular o acórdão proferido em ação direta de inconstitucionalidade, qualquer legitimado ativo da ação poderá apresentar ação rescisória.
- e) Nem todos os que podem propor ação direta de inconstitucionalidade são legitimados à propositura da ação declaratória de constitucionalidade.

27. Diego é italiano nato e brasileiro naturalizado. Em 2020, praticou o crime de homicídio na Itália. Em 2022, a Itália solicitou ao Brasil a extradição de Diego. Sabendo que o crime fora praticado na Itália após Diego ter se naturalizado brasileiro, indique a assertiva correta, como prescreve a Constituição Federal.

- a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os pedidos de extradição formulados por Estados estrangeiros.
- b) A Constituição Federal não admite a extradição de brasileiros.
- c) A Constituição Federal apenas permite extradição de brasileiro naturalizado por crime praticado antes da naturalização.
- d) Diego poderá ser extraditado, desde que cumpridas as formalidades da lei brasileira.
- e) Diego não poderá ser extraditado do Brasil, porque o crime de homicídio foi praticado após a naturalização, momento em que a Constituição Federal apenas admite a extradição por tráfico ilícito de substância entorpecente e drogas afins.

28. A respeito do Poder Executivo, aponte a assertiva que contém competência do Presidente da República delegável ao Advogado-Geral da União.

- a) vetar projetos de lei, total ou parcialmente;
- b) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- c) decretar e executar a intervenção federal.
- d) nomear membros do Conselho da República.
- e) conferir títulos e condecorações.

29. A respeito da competência para legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente, indique a alternativa correta, conforme disposto na Constituição Federal.

- a) Compete privativamente à União legislar sobre dano ao meio ambiente, embora a competência para legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição seja concorrente.
- b) Sendo a responsabilidade por dano ao meio ambiente decorrente dos assuntos de interesse regional, conforme a realidade do lugar, a competência legislativa é privativa dos estados e do Distrito Federal.
- c) A União, mediante lei complementar, poderá delegar aos estados e ao Distrito Federal a competência para legislar sobre assuntos específicos pertinentes ao dano ao meio ambiente.
- d) A competência para legislar sobre dano ao meio ambiente é concorrente, cabendo à União dispor sobre as normas gerais e, aos estados, sobre as normas específicas.
- e) As normas gerais supervenientes editadas pela União acerca do tema revogam as leis estaduais nos pontos contrários.

30. A criação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum é competência

- a) dos Estados, mediante lei complementar.
- b) da União, por lei complementar.
- c) do Município, mediante lei.
- d) da União, por lei aprovada pelo Congresso Nacional.
- e) dos Estados, por lei aprovada pela Assembleia Legislativa.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Fabiano Pereira*

31. Em relação às características das entidades da Administração Pública Indireta, assinale a alternativa correta:

- a) As Fundações Públicas de Direito Público dispõem de imunidade tributária e possuem o seu regime de pessoal celetista;
- b) O foro judicial da Sociedade de Economia Mista Federal, quando na condição de ré em ações judiciais, é a Justiça Estadual;
- c) Todos aqueles que possuem créditos a receber de autarquias deverão promover a cobrança no prazo máximo de 02 (dois) anos, sob pena de prescrição;
- d) Atualmente, caso as Empresas Públicas desejem realizar uma licitação, estarão proibidas de observar as regras da Lei n.º 14.133/21;
- e) Os bens das empresas públicas são considerados públicos, portanto, são considerados impenhoráveis, imprescritíveis e inalienáveis.

32. A Secretaria Ambiental da Prefeitura de Salvador publicou uma portaria com vício de forma. Em seguida, editou ato administrativo concedendo licença e férias à servidora Laura, mesmo ela não tendo direito à licença. Mais tarde, a Secretaria publicou uma nova portaria, sem vício de forma, convalidando a anterior, e um novo ato administrativo, mantendo apenas a concessão das férias à servidora Laura.

No caso fictício em tela ocorreu

- a) ratificação em ambos os casos;
- b) conversão em ambos os casos;
- c) ratificação, no caso da portaria, e reforma, no caso do ato administrativo de concessão de férias;
- d) reforma em ambos os casos;
- e) reforma, no caso da portaria, e conversão, no caso do ato administrativo de concessão de férias.

33. O Estado da Bahia, por meio de licitação, contratou a empresa privada *Portti Construtora* para a edificação de uma ponte ligando o centro de lazer náutico *Bahia Marina* ao *Terminal Marítimo de Vera Cruz*. A empresa privada realizou modificações no orçamento da obra de engenharia, o que gerou um desequilíbrio econômico-financeiro do contrato a seu favor. Segundo a Lei n.º 14.133/2021, o dano causado ao patrimônio do Estado da Bahia pode ser chamado de:

- a) sobrepreço;
- b) sobrelucro;
- c) super rendimento;
- d) reajustamento;
- e) superfaturamento.

34. A Lei Estadual da Bahia n.º X estabeleceu, em seu artigo 20, parágrafo único, que os Juízes das Turmas Recursais serão substituídos em suas faltas, afastamentos, férias, licenças, ausências e impedimentos em conformidade com as regras aprovadas pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça. Em 04 de abril de 2023, o referido Órgão Especial publicou a Resolução nº Z, que trata da atuação de juízes suplentes no âmbito das Turmas Recursais dos Juizados Especiais do Estado.

Em relação aos poderes administrativos, a resolução citada decorre do poder:

- a) de polícia;
- b) vinculado;
- c) disciplinar;
- d) normativo;
- e) regimental.

35. Doquinha e Coxinha são servidores públicos, sendo o primeiro chefe do segundo. Ambos participaram de um evento interno de boas práticas na Secretaria Estadual de Segurança Pública do Estado da Bahia. Coxinha foi eleito o servidor que apresentou a melhor prática no evento. Doquinha, insatisfeito com o resultado, removeu Coxinha para uma cidade distante, com o objetivo de impedi-lo de participar futuramente de eventos similares. Neste caso, Doquinha:

- a) deveria ter obtido a aprovação da autoridade superior para realizar a remoção.
- b) agiu conforme suas competências legais e não praticou qualquer irregularidade.
- c) poderia ter efetuado a remoção, já que possui poder hierárquico para tal.
- d) só poderia ter realizado a remoção, com esse motivo, após a instauração de um processo administrativo.
- e) cometeu desvio de poder.

36. Bernardo, governador do Estado da Bahia, criou uma autarquia responsável pela execução dos trabalhos de limpeza pública e coleta de resíduos sólidos. No entanto, após dois anos de funcionamento, o governador, por meio de decreto, redirecionou a atuação da entidade para uma finalidade diferente daquela prevista na lei, com o objetivo de facilitar para que outra empresa privada de limpeza, líder de mercado e ligada ao seu sogro, pudesse atuar no Estado.

Com base no caso fictício em tela, podemos concluir que:

- a) Bernardo atentou contra os princípios administrativos da especialidade e da moralidade;
- b) Bernardo atentou contra os princípios administrativos da motivação e da isonomia;
- c) Bernardo atentou contra os princípios administrativos da legalidade e da igualdade;
- d) Bernardo atentou contra o princípio administrativo da indisponibilidade;

e) Bernardo atentou contra o princípio administrativo da razoabilidade.

37. Cláudia Magalhães, prefeita de Salvador, é de família abastada ligada à empresa privada *Portti Construtora*, que já realizara diversas parcerias com o Estado da Bahia durante seus mais de 50 anos de atuação no mercado. Após surgirem indícios de que Cláudia cometeu atos de improbidade administrativa em seu segundo mandato como prefeita, referentes a licitações fraudulentas em obras pela capital, o cidadão Victor formulou representação contra a prefeita ao Ministério Público do Estado.

De acordo com a lei de improbidade administrativa (Lei Federal n.º 8.429/92), qual das alternativas abaixo é correta?

- a) Victor, por ser cidadão, não tem legitimidade para representar o caso às autoridades competentes, tendo apenas o Ministério Público da Bahia o direito de abrir inquérito;
- b) para evitar a ocorrência de novos ilícitos, o Ministério Público da Bahia tem o poder de determinar o afastamento de Cláudia de suas funções, sem a preservação de sua remuneração;
- c) é proibida a decretação de indisponibilidade do bem de família de Cláudia, a não ser que seja comprovado que o imóvel adquirido é fruto de vantagem patrimonial indevida;
- d) se Cláudia vier a falecer e ficar comprovado que ela causou prejuízos ao erário, seus herdeiros serão responsáveis integralmente pelos danos causados.
- e) caso comprovado enriquecimento ilícito por parte de Cláudia, as suas cominações serão, dentre outras, perda de função pública e multa civil equivalente ao valor do dano.

38. Em relação ao controle da Administração Pública, é possível afirmar que as empresas públicas:

- a) estão sujeitas ao controle externo do Poder Judiciário somente após o esgotamento das possibilidades de resolução pela via administrativa;
- b) não estão submetidas a nenhum tipo de controle externo por parte dos Poderes Executivo ou Legislativo, contudo, podem ser controladas pelo Poder Judiciário, de acordo com o princípio da segurança jurídica;
- c) não estão sujeitas a nenhum tipo de controle externo, visto que não fazem parte da Administração Direta e possuem personalidade jurídica de direito privado;
- d) estão sujeitas ao controle externo do Poder Executivo ao qual estão subordinadas, porém, não estão sujeitas ao controle dos Poderes Legislativo ou Judiciário, em respeito ao princípio da separação dos poderes;
- e) estão sujeitas ao controle externo exercido pelo Poder Legislativo, o qual é auxiliado pelo Tribunal de Contas.

39. De acordo com a Lei Estadual n.º 12.209/2011, que trata do processo administrativo no Estado da Bahia, considere as seguintes assertivas.

- I. A interpretação da norma administrativa deve priorizar o cumprimento do objetivo público que se destina, permitindo a aplicação retroativa de uma nova interpretação para atos que já foram publicados, desde que isso garanta um melhor atendimento ao fim público;
- II. Se o requerente morrer durante o processo, os prazos processuais só terão início a partir da data em que o sucessor for intimado da decisão que reconhece sua legitimidade;
- III. É garantida, em todas as instâncias, a prioridade no andamento dos processos administrativos e na execução dos atos e diligências em que o requerente ou interveniente tiver setenta anos ou mais, conforme regulamentação específica;
- IV. A motivação da decisão, mesmo que tomada por órgão colegiado ou comissão, deve estar registrada em uma ata ou documento escrito que fará parte do próprio ato;
- V. Na ausência de disposição específica, as autoridades competentes e os envolvidos no processo devem realizar seus atos no prazo máximo de 5 dias.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- a) I
- b) II e III
- c) II, III e V
- d) II e IV
- e) I, III e V

40. O regime jurídico administrativo se refere às peculiaridades do direito que se aplicam às relações entre o Estado e os cidadãos no exercício da função administrativa. Com base na doutrina tradicional, qual das alternativas abaixo representa uma característica do regime jurídico administrativo?

- a) A supremacia do interesse público sobre o interesse privado, permitindo que a Administração Pública atue de forma discricionária em todas as suas decisões.
- b) A Administração Pública deve observar os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, mas não está sujeita ao controle do Poder Judiciário.
- c) A existência de prerrogativas e restrições específicas para a Administração Pública, garantindo a observância do princípio da isonomia.
- d) A submissão da Administração Pública apenas às normas de Direito Público, excluindo-se a aplicação de normas de Direito Privado.
- e) A Administração Pública pode agir de acordo com sua conveniência e oportunidade, sem necessidade de fundamentar suas decisões.

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Rodrigo Renno

41. A teoria das necessidades humanas desenvolvida por Abraham Maslow, conhecida como a "Pirâmide de Maslow", descreve a hierarquia das necessidades humanas em diferentes níveis. Qual das seguintes alternativas apresenta a sequência correta desses níveis, do mais básico ao mais elevado?

- a) Necessidades fisiológicas, necessidades de segurança, necessidades sociais, necessidades de estima e autorrealização.
- b) Necessidades de segurança, necessidades fisiológicas, necessidades sociais, necessidades de estima e autorrealização.
- c) Necessidades sociais, necessidades de segurança, necessidades fisiológicas, necessidades de estima e autorrealização.
- d) Necessidades de estima, necessidades sociais, necessidades de segurança, necessidades fisiológicas e autorrealização.
- e) Necessidades de segurança, necessidades sociais, necessidades de estima, necessidades fisiológicas e autorrealização.

42. A liderança é um processo complexo e multifacetado, sendo estudada sob diferentes perspectivas e teorias. Qual das seguintes alternativas apresenta um estilo de liderança que enfatiza a importância das relações interpessoais e da cooperação entre líder e liderados?

- a) Liderança autocrática
- b) Liderança burocrática
- c) Liderança carismática
- d) Liderança democrática
- e) Liderança transacional.

43. A Gestão da Qualidade envolve várias abordagens e metodologias utilizadas para melhorar a qualidade dos produtos e serviços de uma organização. Qual das seguintes alternativas apresenta uma ferramenta de gestão da qualidade que busca identificar e eliminar as causas de problemas e defeitos no processo produtivo?

- a) Diagrama de Ishikawa
- b) Benchmarking
- c) Balanced Scorecard
- d) Matriz SWOT
- e) Brainstorming.

44. O Balanced Scorecard (BSC) é uma metodologia de planejamento estratégico e gestão do desempenho que traduz a visão e a estratégia da organização em objetivos e medidas mensuráveis. Quais são as quatro perspectivas do BSC?

- a) Financeira, Operacional, Cliente e Inovação
- b) Financeira, Cliente, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento
- c) Financeira, Marketing, Operacional e Recursos Humanos
- d) Financeira, Estratégica, Tática e Operacional
- e) Financeira, Cliente, Competitiva e Recursos Humanos.

45. A gestão de projetos envolve o planejamento, a execução e o controle de atividades para atingir objetivos específicos dentro de restrições de tempo, custo e qualidade. Qual das seguintes opções melhor descreve o que é um projeto?

- a) Um conjunto de atividades rotineiras que ocorrem continuamente na organização.
- b) Uma atividade temporária com um início e fim definidos, com o objetivo de entregar um produto, serviço ou resultado único.
- c) Uma série de tarefas interconectadas que ocorrem em um ciclo contínuo.
- d) Um processo de melhoria contínua focado na redução de custos e aumento de eficiência.
- e) Um grupo de atividades que se concentram exclusivamente na satisfação do cliente.

46. A cultura organizacional é um conjunto de valores, crenças, comportamentos e normas compartilhadas que influenciam a forma como os membros de uma organização interagem uns com os outros e com o ambiente externo. Qual das seguintes opções NÃO é um componente da cultura organizacional?

- a) Valores e crenças fundamentais.
- b) Ritos e rituais.
- c) Heróis e mitos organizacionais.
- d) Estrutura hierárquica.
- e) Símbolos e linguagem.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*Elisabete Moreira*

47. Acerca do paradigma pós-burocrático e da gestão por resultados, considere:

I – Em meados dos anos 90, o modelo de gestão por resultados permitiu maior flexibilização nas ações públicas e ruptura com o modelo burocrático de gestão.

II – Organizações pós-burocráticas podem ser caracterizadas como orientadas para a solução de problemas, baseadas na participação, confiança e compromisso de todos os envolvidos.

III – O paradigma pós-burocrático foi construído em torno de tecnologias intensivas, baseadas no consenso e no personalismo de interesses.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II, III
- b) I
- c) II
- d) III
- e) I e II

48. O termo governança foi inserido na agenda pública no movimento da reforma do estado, tendo como um dos eixos centrais o conceito de accountability, bastante utilizado na literatura recente, apresentando distintos significados, ênfases e dimensões. Das afirmativas a seguir, marque a que não retrata de forma adequada o conceito de accountability.

- a) É o processo de informação contábil utilizado na entidade do terceiro setor.
- b) Inclui como atores os movimentos sociais, associações, ONG's e mídia.
- c) Permite o acompanhamento e verificação das políticas públicas, avaliando objetivos, processos e resultados.
- d) Accountability pode ser classificada em tipos diferentes, como vertical, horizontal e societal.
- e) A accountability vertical está relacionado ao sistema eleitoral.

49. De acordo com o Referencial Básico de Governança Pública (TCU, 2014), as instâncias internas de governança são responsáveis por avaliar e dirigir as estratégias, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas. Essas instâncias podem ser exemplificadas por:

- a) ouvidoria.
- b) conselho fiscal;
- c) conselhos de administração;
- d) auditoria interna;
- e) controladorias;

50. O modelo de gestão governamental experimentado no século XX, que se baseava na ideia de que os serviços deveriam ser prestados com foco na equidade e nas necessidades dos cidadãos, ficou conhecido como

- a) Gerencialismo puro
- b) Public Service Orientation-PSO
- c) Taylorismo
- d) Consumerismo
- e) Patrimonialismo

51. Atualmente, o governo não é mais um ator autônomo na implementação de políticas e cada vez mais frequentemente depende do setor privado e do terceiro setor para cumprir seus objetivos. São formas de interface do Estado brasileiro com organizações não estatais e atores sociais, respectivamente, para a execução e discussão das políticas públicas, exceto:

- a) Parcerias com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e Conselhos Setoriais.
- b) Contrato de Gestão com Organizações Sociais e práticas de Orçamento Participativo.
- c) Parcerias Público-Privadas e realização de Audiências Públicas.
- d) Insulamento Burocrático e Consultas Públicas.
- e) Contrato de Concessão e Conferências de Políticas Públicas.

52. As políticas públicas só se transformam em ações governamentais se forem implementadas. A literatura aponta que o modelo de cima para baixo (Top down) apresenta as seguintes características, exceto:

- a) Cadeia de comando com foco nos decisores de alto escalão.
- b) Objetivos definidos e não contraditórios.
- c) Envolvimento de atores públicos e privados com a implementação e avaliação da política.
- d) Baixa autonomia dos burocratas no nível de rua na gestão pública.
- e) Ênfase na comunicação de objetivos, coordenação de ações e responsabilização pelo cumprimento das atribuições de cada parte.

53. O tipo de avaliação de políticas públicas que ocorre durante o processo de execução denomina-se:

- a) Avaliação formativa
- b) Avaliação somativa
- c) Avaliação interna
- d) Avaliação externa
- e) Avaliação ex ante

54. A administração pública introduziu desde a Emenda Constitucional 19/98 a cultura e as técnicas gerenciais modernas oriundas da iniciativa privada, promovendo significativas mudanças em sua atuação, não obstante não ter conseguido eliminar totalmente a cultura patrimonial e as deficiências do modelo burocrático. É característica desse novo modelo de gestão:

- a) cargos denominados prebendas e sinecuras.
- b) impermeabilidade à participação social-privada.
- c) ênfase no controle dos resultados por meio de contratos de gestão.
- d) rotinas e procedimentos padronizados, com vistas ao alcance dos objetivos definidos pela organização.
- e) impessoalidade nas relações, flexibilização, publicização.

55. O sistema de governança pública aplicado aos órgãos e entidades da administração pública apresentam dois tipos básicos de atores: os agentes e os principais. Sobre esses atores é correto afirmar:

- a) o principal é aquele a quem foi delegada autoridade para administrar os ativos e os recursos públicos.
- b) o agente compartilha as percepções de finalidade e valor, podendo exercer o poder social de forma conjunta, ordenada por meio de estruturas criadas para representá-lo.
- c) os agentes são representados pelas autoridades, dirigentes, gerentes e colaboradores do setor público.
- d) os principais são representados pelos conselhos, dirigentes, gerentes e representantes eleitos.
- e) Os agentes são representados pelos cidadãos.

56. A respeito da evolução do Estado contemporâneo, seus aspectos fundamentais e seus modelos de governança pública, considere:

I. A reforma administrativa iniciada pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) instituiu o Estado moderno no Brasil, com vistas ao combate ao patrimonialismo e à burocracia estatal.

II. Segundo Max Weber, a organização burocrática viabiliza uma forma de dominação racional, que possibilita o exercício da autoridade e a obediência com precisão, continuidade e disciplina.

III. O projeto de desenvolvimentista nacional não foi implementado no Brasil em virtude das ações da administração burocrática que dificultaram sua implantação.

É correto o que consta APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) I e II.
- d) II.
- e) III.

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO

Gabriela Zavadinack

57. Sobre o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), assinale a assertiva incorreta:

- a) Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o PPA, a LDO e a LOA.
- b) De acordo com o texto constitucional, a Lei Orçamentária Anual é composta pelos orçamentos fiscal, de investimentos e da seguridade social.
- c) É vedado o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.
- d) O projeto do PPA será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- e) Integrará a lei de diretrizes orçamentárias, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os dois exercícios subsequentes, anexo com a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento.

58. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum. Por sua vez, no âmbito do Congresso Nacional, há uma Comissão Mista de Planejamento e Orçamento, à qual incumbem várias funções no processo orçamentário, dentre as quais:

- a) auxiliar o Poder Executivo na elaboração dos projetos de Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.
- b) examinar e emitir parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais.
- c) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- d) estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.
- e) processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.

59. Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão

- a) no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime comum.
- b) na lei de diretrizes orçamentárias, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.
- c) na lei orçamentária anual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de infração administrativa.
- d) no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de infração administrativa.
- e) no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

60. A Emenda Constitucional nº 126/2022 alterou os percentuais relativos às emendas individuais impositivas ao orçamento. Sobre o tema, assinale a afirmativa correta:

- a) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,55% da receita corrente líquida prevista para o exercício seguinte, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.
- b) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 2% da receita corrente líquida prevista para o exercício seguinte, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.
- c) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 2% da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.
- d) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.
- e) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% da receita corrente líquida prevista para o exercício seguinte, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
